

5.1.3. Função Agricultura

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de produção para o mercado externo.

Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no sul do país, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas.

Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do país, em 2009 essa participação aproxima-se de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio.

O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural e, ainda, para o apoio à comercialização.

Além disso, foram adotadas medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária em condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural.

Melhor tecnologia aplicada aos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por grande número de países deverá proporcionar aquecimento progressivo do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China transformou-se no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro e a expectativa é que essa demanda

chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que, recentemente, teve abertura para o Brasil. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, o país foi o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro torna-se cada vez mais dependente de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

No período de janeiro a dezembro de 2009, as exportações do agronegócio somaram US\$ 64,756 bilhões, 9,8% menor que o mesmo período de 2008. A queda do valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil.

O índice de preços das exportações do agronegócio apresentou redução de 9,4% enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%).

O valor das importações também apresentou redução, de 16,9% no período, totalizando US\$ 9,823 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se de US\$ 59,986 bilhões para US\$ 54,933 bilhões.

Alguns segmentos apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%) e produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDOS - US\$ MIL

SETORES	JANEIRO - DEZEMBRO/ 2009			JANEIRO - DEZEMBRO/ 2008			VAR. %	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	15.269.242	1.506.119	13.763.123	19.535.392	1.564.291	17.971.101	-21,8	-3,7
CARNES	11.787.227	265.904	11.521.323	14.545.484	266.186	14.279.298	-19,0	-0,1
COURO, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	2.041.066	156.304	1.884.762	3.140.208	257.725	2.882.484	-35,0	-39,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	536.794	115.627	421.167	573.287	146.707	426.580	-6,4	-21,2
ANIMAIS VIVOS	471.141	26.364	444.776	417.582	32.182	385.400	12,8	-18,1
PESCADOS	194.664	675.114	-480.449	269.286	648.323	-379.037	-27,7	4,1
LÁCTEOS	167.478	266.794	-99.316	541.590	213.159	328.431	-69,1	25,2
PRODUTOS APÍCOLAS	70.872	12	70.860	47.956	9	47.947	47,8	26,5
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	49.486.390	8.316.871	41.169.519	52.271.075	10.255.903	42.015.171	-5,3	-18,9
COMPLEXO SOJA	17.239.708	72.651	17.167.057	17.980.184	106.851	17.873.333	-4,1	-32,0
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	9.715.971	2.363	9.713.608	7.873.074	831	7.872.244	23,4	184,5
PRODUTOS FLORESTAIS	7.222.872	1.735.185	5.487.687	9.326.149	2.554.385	6.771.764	-22,6	-32,1
CAFÉ	4.278.940	16.383	4.262.557	4.763.069	8.380	4.754.689	-10,2	95,5
FUMO E SEUS PRODUTOS	3.046.032	67.222	2.978.810	2.752.032	49.300	2.702.733	10,7	36,4
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	-17,6	-20,7
SUCOS DE FRUTA	1.751.828	16.358	1.735.470	2.151.783	15.162	2.136.621	-18,6	7,9
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.260.340	755.187	505.153	1.587.384	969.097	618.287	-20,6	-22,1
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	871.153	460.542	410.611	1.033.135	444.917	588.218	-15,7	3,5
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	659.402	413.239	246.163	798.550	419.713	378.836	-17,4	-1,5
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	411.106	245.204	165.901	447.134	233.567	213.566	-8,1	5,0
CACAU E SEUS PRODUTOS	352.338	274.433	77.905	400.636	215.749	184.887	-12,1	27,2
BEBIDAS	234.191	350.723	-116.532	273.194	329.617	-56.423	-14,3	6,4
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	191.511	32.856	158.655	208.232	36.480	171.752	-8,0	-9,9
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	161.327	585.146	-423.819	120.117	743.829	-623.712	34,3	-21,3
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	137.022	572.154	-435.132	166.221	707.179	-540.958	-17,6	-19,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	102.566	139.259	-36.694	147.611	181.174	-33.562	-30,5	-23,1
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	31.525	19.956	11.568	35.604	14.105	21.499	-11,5	41,5
TOTAL	64.755.631	9.822.990	54.932.642	71.806.467	11.820.195	59.986.273	-9,8	-16,9

Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coreia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR PAÍSES - US\$ MIL

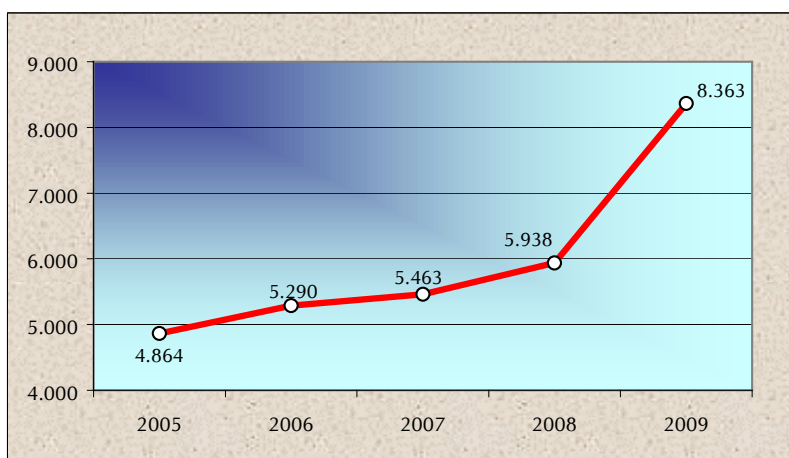
PAÍSES	JANEIRO - DEZEMBRO		VAR % 2009/2008	PARTICIPAÇÃO	
	2009	2008		2009	2008
CHINA	8.915.881	7.930.975	12,4	13,8	11,0
PAÍSES BAIXOS	4.964.835	6.531.259	-24,0	7,7	9,1
ESTADOS UNIDOS	4.549.640	6.249.474	-27,2	7,0	8,7
RUSSIA,FED.DA	2.785.478	4.187.630	-33,5	4,3	5,8
ALEMANHA	2.775.714	3.107.992	-10,7	4,3	4,3
BELGICA	2.273.530	2.551.187	-10,9	3,5	3,6
INDIA	1.792.863	330.394	442,6	2,8	0,5
ITALIA	1.792.492	2.752.984	-34,9	2,8	3,8
JAPAO	1.783.924	2.441.931	-26,9	2,8	3,4
FRANCA	1.770.136	2.139.174	-17,3	2,7	3,0
REINO UNIDO	1.715.107	1.946.958	-11,9	2,6	2,7
HONG KONG	1.708.728	1.623.616	5,2	2,6	2,3
VENEZUELA	1.582.794	2.426.212	-34,8	2,4	3,4
ESPANHA	1.573.379	2.270.987	-30,7	2,4	3,2
ARABIA SAUDITA	1.504.874	1.431.746	5,1	2,3	2,0
COREIA,REP.SUL	1.304.519	1.018.974	28,0	2,0	1,4
EMIR.ARABES UN.	1.144.236	763.890	49,8	1,8	1,1
IRA REP.ISL.DO	1.112.675	927.438	20,0	1,7	1,3
ARGENTINA	982.164	1.317.292	-25,4	1,5	1,8
TAILANDIA	809.900	905.347	-10,5	1,3	1,3
DEMAIS PAÍSES	17.912.763	18.951.007	-5,5	27,7	26,4
TOTAL	64.755.631	71.806.467	-9,8	100,0	100,0

Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA 2005 A 2009 (EM R\$ MILHÕES)

AGRICULTURA	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
ORÇAMENTO FISCAL	4.802	5.226	5.393	5.857	8.280	29.558
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	62	65	70	81	83	361
TOTAL	4.864	5.290	5.463	5.938	8.363	29.918



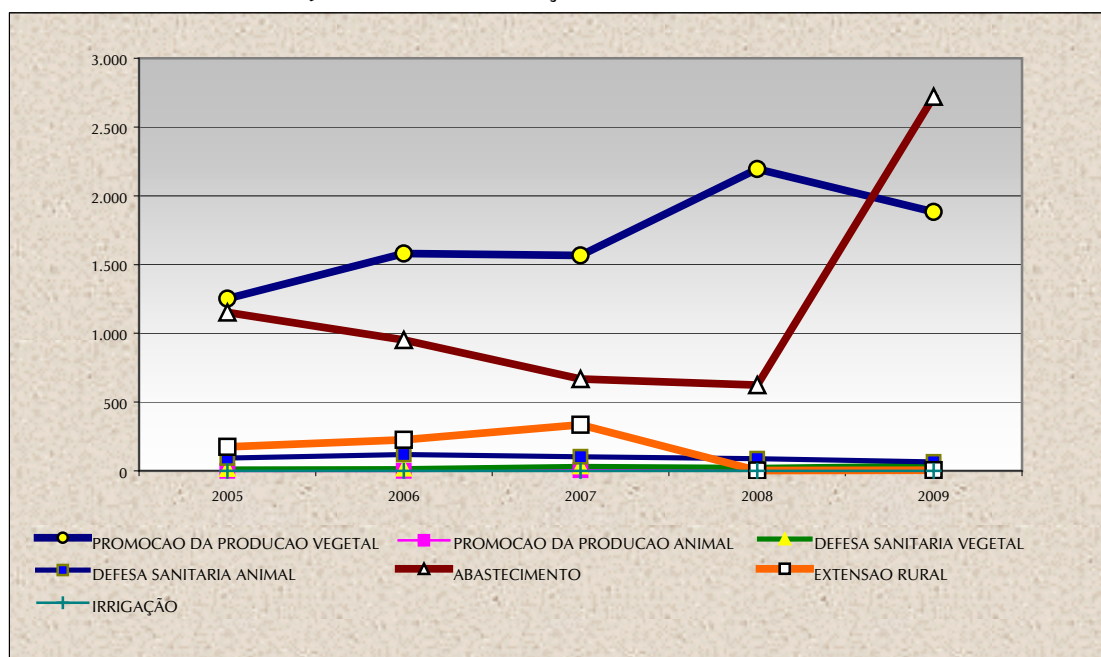
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009 (EM R\$ MILHÕES)

SUBFUNÇÃO	POR SUBFUNÇÃO		OUTRAS SUBFUNÇÕES		TOTAL	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
SUBFUNÇÕES TÍPICAS						
601 - Promoção da Produção Vegetal	8.475	28,33	10	1,11	8.485	27,54
602 - Promoção da Produção Animal	9	0,03	0	0,00	9	0,03
603 - Defesa Sanitária Vegetal	131	0,44	0	0,00	131	0,43
604 - Defesa Sanitária Animal	468	1,57	0	0,00	468	1,52
605 - Abastecimento	6.116	20,44	820	91,42	6.936	22,51
606 - Extensão Rural	740	2,47	67	7,47	807	2,62
607 - Irrigação	0	0,00	0	0,00	0	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES	13.978	46,72	0	0,00	13.978	45,36
TOTAL	29.918	100,00	897	100,00	30.815	100,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2005 A 2009 (EM R\$ MILHÕES)

AGRICULTURA - SUBFUNÇÕES TÍPICAS	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
601 - Promoção da Produção Vegetal	1.251	1.580	1.566	2.195	1.883	8.475
602 - Promoção da Produção Animal	1	0	4	4	0	9
603 - Defesa Sanitária Vegetal	14	16	33	25	43	131
604 - Defesa Sanitária Animal	92	119	103	89	65	468
605 - Abastecimento	1.152	951	668	624	2.721	6.116
606 - Extensão Rural	174	225	335	2	4	740
607 - Irrigação	0	0	0	0	0	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.180	2.398	2.754	2.999	3.647	13.978
TOTAL	4.864	5.290	5.463	5.938	8.363	29.918

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005 A 2009 (R\$ MILHÕES)



Em virtude da função ser o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação da Instituição e as subfunções evidenciarem essas áreas, destacamos as variações mais significativas:

A subfunção 601 - Promoção da Produção Vegetal é constituída em 97,11% pela ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização

do Café - cujos recursos são oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE). Em 2009, houve um decréscimo nas aplicações face à grave crise do setor, que não permitiu aos produtores saldar os seus compromissos, havendo uma renegociação dos débitos, reduzindo, dessa forma, a disponibilização de recursos para concessão de novos financiamentos.

A subfunção 605 - Abastecimento é constituída em 97,86% pela ação 2130 - Formação de Estoques Públicos - PGP. Em 2009, considerando a crise internacional, a descapitalização dos produtores e a elevação nos custos dos insumos agrícolas, levaram o governo a intervir no mercado com maior intensidade, visando manter os preços mínimos definidos no Plano Agrícola

Indicadores Utilizados na Avaliação

Os Objetivos Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no PPA 2008-2011, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico da instituição: Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos; Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; Garantir a Segurança Alimentar e Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos

Os principais produtos responsáveis pelo aumento no indicador entre 2007 e 2008 foram o couro e as madeiras, que apesar de terem registrado queda na quantidade produzida em 2009, tiveram o valor da produção compensado pela valorização do produto. Além desses, o algodão e outras fibras também apresentaram queda na quantidade produzida e foram os únicos produtos a contribuir negativamente para a formação do índice, pois o preço não compensou a queda na produção. Ainda não se consolidaram os dados oficiais do ano de 2009. Entretanto, sabe-se que o valor da borracha deverá ser menor, pois os preços ficaram bem abaixo daqueles registrados em 2008. O mesmo aconteceu com o algodão. No período 2007/2009 foram aferidos os índices a seguir especificados: Os valores do indicador de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos	121	139	n/d

Fonte: IBGE

n/d – não disponível

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira ultrapassou a meta estabelecida para 2007; somente a cana-de-açúcar e as florestas energéticas corresponderam a 27,9% (Balanço Energético Nacional 2008-EPE). Com base na análise da evolução do índice, verifica-se a tendência de aumento da participação da agroenergia na matriz energética, dando continuidade à dinâmica de superação de metas. Isso se deve em parte ao crescimento na produção e consumo de etanol e biodiesel, bem como em função dos recentes leilões de reserva da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais só participaram as empresas geradoras de energia que utilizam fontes renováveis para a geração de energia

(importante lembrar que o último leilão destinou-se à energia eólica, desconsiderada no caso, embora seja renovável). A superação da meta estabelecida para a participação do biodiesel na matriz energética se deve também a mudanças legais. De acordo com a Lei nº 11.097/05, o biodiesel deveria ter 2% de participação no ano de 2008 e 5% para 2013, com possibilidade de antecipação dessa meta para 2010. Entretanto, esta exigência foi elevada a 3% a partir de julho de 2008 e para 4% em julho de 2009.

Os valores do indicador de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira	31,1%	31,5%	n/d

Fonte: Balanço Energético Nacional 2008-EPE

n/d – não disponível – estimativa da informação julho de 2010

Garantir a Segurança Alimentar

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Volume de Produção Agropecuária *per capita* e Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

O índice consolidado do Volume de Produção Agropecuária *per capita* em 2008 foi de 1.026 kg *per capita*, frente a 968 kg apurados em 2007. A produção de alimentos foi maior em 2008 que em 2007, principalmente, pelo aumento da safra de grãos, que cresceu 13,0%, enquanto as carnes e os hortifrutis registraram aumento, respectivamente, 2,1% e 2,5% na produção. Em 2009, o índice apurado foi de 991 kg *per capita* em função da menor safra de milho e soja. Para 2010, estima-se que o índice será mantido no mesmo patamar de 2009.

O índice de conformidade dos produtos de origem vegetal apresentou valor bem acima do previsto (0,80/0,68), especialmente pelo esforço no cumprimento da programação de inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas e das discussões com o setor produtivo sobre legislação da qualidade vegetal, notadamente os padrões oficiais de classificação.

O indicador de conformidade dos produtos de origem animal também ficou acima da meta (0,82/0,79). A melhoria do gerenciamento levou ao incremento qualitativo e quantitativo das ações fiscais, exigindo maior efetividade no controle de qualidade por parte das indústrias. Os valores dos indicadores de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Volume de produção agropecuária <i>per capita</i> (kg)	968	1.026	991
Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal	0,76	0,73	0,81

Fonte: SPA e SDA/MAPA

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

No ano de 2009, o PIB do agronegócio brasileiro teve uma previsão de queda da ordem de 5,18% (fonte: CEPEA/ESALQ/USP), o que refletiu o desempenho negativo de todos os setores componentes do agronegócio brasileiro. O segmento de insumos foi o que sofreu maior queda, tanto nos preços quanto nos volumes produzidos. Em 2009, o valor das exportações do agronegócio diminuiu 9,8%, totalizando US\$ 64,7 bilhões. A retração das exportações em 9,8% ocorreu em função da redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. O volume exportado em 2009 resultou do comportamento heterogêneo na quantidade dos principais produtos exportados.

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Variação do PIB do Agronegócio e Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio, cujos valores foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Variação do PIB do agronegócio	7,89%	6,77%	-5,18%*
Variação do valor da exportação de produtos do agronegócio	18,2 %	22,9 %	-9,8%

Fonte: MDIC e SRI/MAPA / *Dado estimado

Análise dos Programas Estruturantes

Abastecimento Agroalimentar

O programa contribui para a implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio, financiamento, crédito rural e garantia da produção, de preços e renda ao produtor rural, da comercialização, do armazenamento, da manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar da população.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de orientar o financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor por meio de concessão de crédito rural. Em 2009 foram concedidos créditos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, contemplando 1.544.828 contratos, por intermédio do Banco do Brasil (R\$ 41,7 bilhões), Banco da Amazônia (R\$ 0,5 bilhões) e Banco do Nordeste (R\$ 4,0 bilhões) e, ainda, o Banco do Brasil, fortaleceu o sistema cooperativista, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, mediante a aplicação de R\$ 2,6 bilhões, alcançando 756 contratos.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS

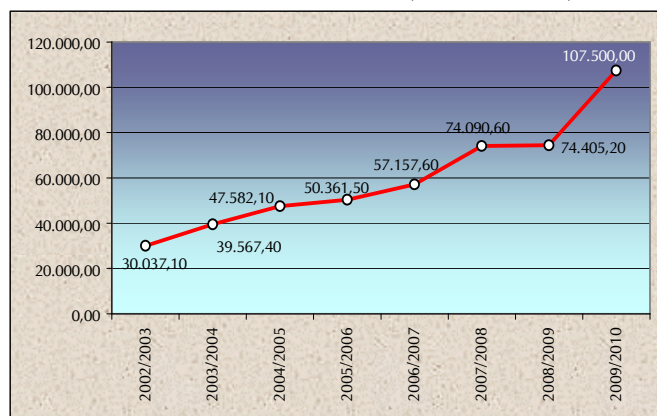
BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL E PRODUÇÃO DE GRÃOS - SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010

SAFRAS	FINANCIAMENTO RURAL ⁽¹⁾ (R\$ MILHÕES)	PRODUÇÃO DE GRÃOS (MIL t)
2002/2003	30.037,1	123.168,0
2003/2004	39.567,4	119.114,2
2004/2005	47.582,1	114.695,0
2005/2006	50.361,5	122.530,8
2006/2007	57.157,6	131.750,6
2007/2008	74.090,6	144.137,3
2008/2009	74.405,2	135.134,5
2009/2010	107.500,0	141.346,7

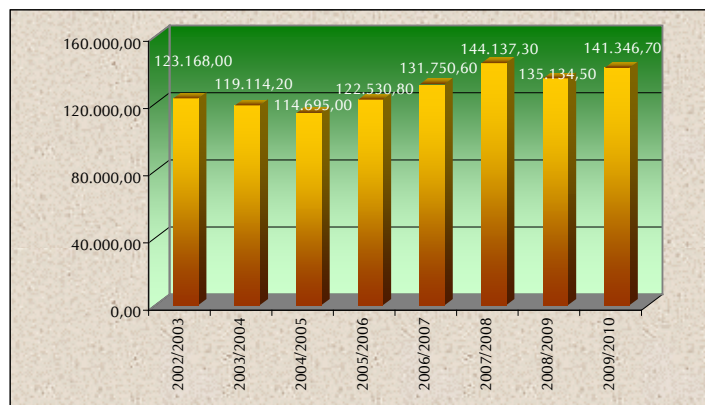
Fonte: Financiamento Rural - Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural (GACR/MAPA) e Produção / Conab.

(1) recursos aplicados, incluído Pronaf.

**EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS
BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL (INCLUSIVE PRONAF)
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM R\$ MILHÕES)**



**BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM MIL TONELADAS)**



O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 3.801,2 milhões, tendo sido empenhados R\$ 3.369,2 milhões e liquidados R\$ 3.153,5 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são: i) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma, que apresentou um índice de 39% superior aos 22% previsto; ii) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca, que apresentou um índice de 5%, iii) Margem de Disponibilidade de Milho, que teve como índice apurado 17% superior aos 10% previsto no PPA iv) Margem de Disponibilidade de Trigo cujo índice aferido foi de 15%, bem superior aos 3% previsto; v) Produção Nacional de Grãos alcançou 141,3 milhões de toneladas compatível o previsto no PPA; vi) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários alcançou um montante de R\$ 2.876,6 bilhões superior ao inicialmente previsto vii) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos alcançou o montante de R\$46.161,2 bilhões superior ao previsto

Segurança da Sanidade na Agropecuária

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, na medida em

que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial. Dentre os resultados alcançados na área animal, destacam-se:

a) o reconhecimento do *status* de livre de febre aftosa com vacinação para 15 estados brasileiros e 1 sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) ; b) intensificação das ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza Aviária* e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais; c) ampliação da zona livre da Peste Suína Clássica, com a inclusão do estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil; d) concluída a análise de risco da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como “doença da vaca louca”, cujos resultados estão sendo submetidos à apreciação da OIE, para a reclassificação do país como de “risco negligenciável” para

EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina.

Foram intensificadas as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese as detecções da mosca-negra dos citros no estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no país. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque:

a) a nova instrução normativa sobre a praga *Greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; b) a erradicação do foco de *Cydia Pomonella*, em Bom Jesus/RS reforçou a expectativa de sua total erradicação até 2012; c) a oferta de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa para os produtores; e d) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos principais parceiros comerciais.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 180,1 milhões, tendo sido empenhado R\$ 98,5 milhões e liquidados R\$ 71,4 milhões e os indicadores utilizados para a sua avaliação são:

a) Área com Plantéis Avícolas Certificadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola cujo número apurado foi de 1.537 estabelecimentos certificados; b) Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação, que teve como número apurado 4.944.883,46 km²; c) Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação cujo número aferido foi de 95.346,18 km²; d) Incidência Controlada da Mosca da Carambola cuja aferição indicou a existência de 5 municípios controlados; e) Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina cuja aferição indicou a existência de 129 estabelecimentos certificados; f) Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica cuja aferição indicou a ocorrência de 19 casos de peste suína no país; g) Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca cujo índice aferido foi zero concorrência; h) Número de Ocorrências de Raiva Bovina cuja aferição indicou a 1.302 ocorrências; i) Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras cujo índice aferido foi de 94%; j) Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional cujo índice aferido foi de 119%; e k) Taxa de Realização do Plano de Fiscalização Fitozoossanitário Interestadual cujo índice aferido foi de 128%.

Minimização de Riscos no Agronegócio

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas e na renda dos produtores rurais.

O Programa visa mitigar esses fatores de riscos inerentes à atividade agropecuária, utilizando-se de diversos instrumentos, tais como: a geração e difusão de informações agro-climáticas, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e orientações do zoneamento agrícola de risco climático.

Dentre os resultados alcançados em 2009, destacam-se a ampliação de 45 para 76 do número de culturas aptas a receber a subvenção ao prêmio do seguro rural na modalidade agrícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, situando o apoio governamental na faixa de 40 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro nessa modalidade passou a ser de R\$ 96 mil. Para as modalidades de seguro rural pecuário, florestal e aquícola permaneceram o percentual de subvenção de 30% e o limite financeiro de R\$ 32 mil. A subvenção ao seguro rural proporcionou a contratação de 72 mil apólices de seguro, beneficiou 67 mil produtores, e a cobertura securitária para 6,5 milhões de hectares, garantindo capitais da ordem de R\$ 10 bilhões. O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 315,4 milhões, tendo sido empenhados R\$ 219,2 milhões e liquidados R\$ 206,4 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são:

a) Percentual de Área Segurada, que apresentou um índice de 10,6% inferior aos 21,06% previsto, em decorrência da insuficiência de limite para movimentação e empenho para atender a demanda; b) Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo, que apresentou índice de 87%, compatível com o previsto no PPA; c) Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro, que teve como índice apurado 15%; e d) Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural, cujo índice aferido foi de 49%, dos 52% previsto.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

O desenvolvimento sócioeconômico depende permanentemente do desenvolvimento tecnológico. A agricultura brasileira insere-se nessa lógica e, para responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e às prováveis mudanças climáticas, necessitará de crescente oferta de tecnologias.

A pesquisa agropecuária manteve, em 2009, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) A cultivar de mandioca foi lançada para a Amazônia - aipim manteiga: opção de desenvolvimento agroindustrial para a região e para o estado do Amazonas; ii) Programa de melhoramento de feijoeiro da Embrapa: com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) O programa de melhoramento de arroz lançou, nos últimos três anos as cultivares BRS Apinajé, direcionada aos agricultores

familiares do Pará; BRS Jaçanã, de arroz irrigado tropical, com maior resistência à brusone, para Tocantins e Mato Grosso do Sul. Há duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e 3 cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRSGO Serra Dourada, para Goiás e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) Programa de melhoramento de feijão caupi: lançou, nos últimos três anos, oito cultivares: BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajeú, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresses abióticos, alto valor culinário, e adequadas para consumo do grão in natura ou processado; v) Desenvolvida metodologia com a ferramenta Sistema de Informações Geográficas (SIG): determinando a distribuição espacial da doença do milho, a ferrugem tropical (*physopella zeae*), no Brasil em função de mudanças climáticas; vi) Desenvolvimento do capim BRS Piatã: a planta é apropriada para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos o que favorece melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) Clone de Caju Embrapa 51: lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Ceará. Pelas características, esse clone é recomendado para a exploração da castanha. A produtividade média de castanha, em regime de sequeiro, no sexto ano de produção, é de 1.255,6 kg/ha, superior à testemunha (CCP 76) em cerca de 370%; e viii) Produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania: o processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, à preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sócio-cultural para as comunidades, culminando com a preservação e a valorização do espaço rural.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 399,8 milhões, tendo sido empenhados R\$ 386,0 milhões e liquidados R\$ 185,2 milhões.

Os indicadores utilizados para a avaliação do programa são: Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio cujo índice apurado foi de 100% do previsto para o ano e Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa que apresentou um índice de 108% do previsto.

Desenvolvimento da Agroenergia

O Programa visa ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva, tendo como público-alvo produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa,

consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Para fortalecer a competitividade do setor, foi publicado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira em território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável do complexo sucroalcooleiro, fundamental para a consolidação da posição de liderança exercida pelo Brasil nesse mercado.

Em decorrência da crise financeira do setor, em 2009 foi reativado o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R\$ 2,3 bilhões.

Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Acompanhamento Brasileiro da Safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do país, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque a realização do segundo Ethanol Week, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto/SP, com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.

Dentro da estratégia de transformar os biocombustíveis em *commodities* dois importantes passos foram dados. O primeiro foi a realização da primeira rodada de workshops no continente africano, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos do Ministério da Agricultura, Embrapa, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Ministério de Relações Exteriores visitaram sete países (África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mostrando que a experiência brasileira em harmonizar a produção de biocombustíveis com a de alimentos também é acessível a eles.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e, também, difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 35,4 milhões, tendo sido empenhados R\$ 29,4 milhões e liquidados R\$ 22,4 milhões.

O indicador utilizado para a avaliação do programa é: "Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional" elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE cujo índice tem uma expectativa de alcançar 31% (a ser confirmado em julho de 2010).